

Empresas do PR resistem em adotar novidades da reforma trabalhista

Nelson Bortolin
Reportagem Local

Terceirização da atividade fim e trabalho intermitente estão entre as principais mudanças da reforma trabalhista, que vigora desde novembro do ano passado. As novas regras geraram indignação nos trabalhadores e expectativas no empresariado. Mas, dez meses após sua implementação, praticamente ninguém as adotou, pelo menos no Paraná.

A advogada Manuela Tucunduva diz que há uma série de fatores que não incentiva os empresários a optar por essas novidades. Segundo elas, muitos estão interessados nelas, mas desinformados sobre o que é possível ou não. “As pessoas confundem terceirização com trabalho autônomo”, exemplifica.

Isso é muito comum, segundo Tucunduva, no setor de educação privada. Antes da reforma, as escolas já podem terceirizar a portaria, a limpeza e a cantina, por exemplo. Hoje, podem também terceirizar o próprio trabalho de ensino. “Tem escola querendo demitir o professor e contratá-lo como CNPJ. Mas é proibido”, avisa.

É proibido não só porque a lei, prevendo a manobra, estabeleceu um intervalo de 18 meses no qual o trabalhador demitido não pode trabalhar com outro tipo de contrato na mesma empresa. E não é só isso. A relação entre uma empresa e seu empregado não pode ser a mesma que a dessa empresa com o funcionário da empresa terceirizada. Não pode haver relação de subordinação direta, alerta a advogada.

Prosseguindo com o exemplo da educação, ela explica: “A escola pode contratar uma empresa dizendo que precisa de um professor de matemática, um de inglês, e outro de português para trabalharem terças e quintas-feiras em

Inseguros em relação à legislação, empresários deixam de lado trabalho intermitente e terceirização da atividade fim



Linha de produção da fiação de seda Bratac, em Londrina: após estudo completo da reforma, empresa optou por não terceirizar atividade fim nem usar o trabalho intermitente

tais horários”, afirma. Se o professor, por algum motivo faltar, não tem problema, a escola liga para a terceirizada e pede outro profissional para substituí-lo. “Você vê a diferença: a escola não está

nário, mas a terceirização obedece critérios.

Tucunduva ressalta que a empresa contratante continua solidária à terceirizada. Em caso de ação trabalhista, por exemplo, a responsabilidade primeira é da terceirizada. Mas, se essa empresa quebrar, a contratante pode ser obrigada a fazer

atividade é muito essencial para você, não terceirize. Lembre que você não pode ficar dando ordem direta para o funcionário.”

HOSPITAIS

O advogado do Sindipar

(Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do Paraná), Bruno Milano Centa, diz que a reforma trabalhista trouxe segurança para o setor de saúde em relação aos serviços que já são terceirizados. Mas não

acredita que possa gerar muitas outras terceirizações. “Atividade fim de hospital não é bem simples de definir porque é multidisciplinar. São vários grupos de profissionais que se relacionam”, alega.

Ele conta que os médicos já costumavam ser terceirizados, devido ao fato de trabalharem em vários lugares. “Também já havia experiências de terceirizações de setores inteiros como raio X e fisioterapia.” Para ele, pode ser que os hospitais terceirizem outros profissionais de nível superior. Mas não acredita, por exemplo, que os técnicos de enfermagem deixem de ser empregados da própria instituição.

FIACÃO

A Bratac - Fiação de Seda estudou a reforma trabalhista, mas decidiu não adotar as novidades. É o que diz Renata Amano, do Conselho Administrativo da empresa. “Fizemos um estudo completo da reforma e não cogitamos terceirizar atividade fim nem usar o trabalho intermitente”, declara.

O motivo, segundo ela, é que a cultura da empresa é de valorizar o funcionário. “Somos muito especializados e verticalizados. Somos a única fiação de seda do hemisfério ocidental”, alega. Para Renata, ser autossuficiente foi o que permitiu à Bratac sobreviver à crise do setor na década de 90.

“Tem escola querendo demitir o professor e contratá-lo como CNPJ. Mas é proibido”

contratando o professor e sim a empresa.”

A advogada chama atenção para o processo de pejo-tização. “É quando a pessoa preenche todos os requisitos de um funcionário, mas recebe como pessoa jurídica. Pode ser considerado uma fraude”, alerta. Ela ressalta que, pela lei, uma empresa não precisa ter nenhum funcio-

indenização.” A orientação que dou ao meus clientes é que todo mês busquem informações e documentos da terceirizada para checar se os salários estão em ordem, se a empresa está recolhendo o FGTS.”

Pelo menos por enquanto, a advogada indica a seus clientes que evitem terceirizar sua atividade fim. “Se a

Advogada aconselha cautela com trabalho intermitente

Segundo a advogada Manuela Tucunduva, de modo geral, as empresas não estão fazendo contrato de trabalho intermitente. “Fizemos estudos, mas ninguém quis aderir”, afirma. Um dos problemas da nova regra, segundo ela, é que o funcionário trabalha para várias empresas ao mesmo tempo. “E se ele começa com uma dor nas costas, qual empresa vai se responsabilizar?”, questiona.

Para a advogada, há outro problema na lei, que exige da empresa um prazo mínimo de três dias para convocar o funcionário para o trabalho. Então, fica difícil utilizar o intermitente em situações que não estavam previstas. “Não tenho como prever que um funcionário vai quebrar a perna três dias antes e convocar um substituto”, declara.

Ela também diz que a

Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), considera que o contrato intermitente não pode ser usado para demandas previstas. “Não poderia ser para alguém trabalhar numa determinada safra, nem numa loja durante o Natal. É só um entendimento. Não tem força vinculativa, mas influencia os juízes.”

Já o advogado do Sindipar Bruno Milano Centa não vê problemas em fazer contratos de trabalho intermitentes. “Entendemos que não é preciso convocar o funcionário com três dias de antecedência. Há uma portaria que nos permite fazer essa interpretação. Meu conselho é que as empresas façam constar nos acordos e convenções coletivas essa observação de que o trabalhador pode ser convocado a qualquer hora”, afirma. Se o intermi-

tente não puder, ele recusa o trabalho. Centa diz que o empregador pode sentir-se seguro quanto a essa modalidade.

GASTRONOMIA

Se existe um setor no qual esperava-se a propagação dos contratos intermitentes é o de bares e restaurante, na categoria dos garçons. Mas isso não aconteceu. O presidente do Sindihotéis (Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Londrina e Região), Alzir Boch, acredita que os empresários preferiram não mexer em time que está ganhando. “Preferiram ficar na forma antiga do que se aventurar a dar um tiro no dedo do pé”, diz. Boch explica que os garçons que trabalham só no final de semana continuam sendo contratados por carga horária parcial. (N.B.)

FOLHA Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 18 de setembro de 2018

Automação vai agravar desigualdade, diz estudo

Estudo do Pew Research Center, de Washington DC (EUA), realizado em dez países e divulgado na quinta-feira (13), revela que oito em dez brasileiros acham que a automação no mercado de trabalho vai agravar ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres no País.

Além do Brasil, o levantamento do Pew foi feito a partir de dados da Grécia, Japão, Canadá, Argentina, Polônia, África do Sul, Itália, Hungria e EUA. Os brasileiros aparecem em terceiro lugar entre os mais preocupados com o aumento da desigualdade em decorrência da eliminação de empregos com a adoção das máquinas, atrás dos gregos (87%) e argentinos (86%).

Para a maioria, muito do trabalho que hoje é realizado por humanos vai ser feito por robôs e computadores nos próximos 50 anos.

O estudo identificou ainda um ceticismo em relação ao benefício econômico trazido pela automação. Em sete dos dez

países avaliados, mais da metade da população não acha que a utilização de robôs e computadores em postos de trabalho vai tornar a economia mais eficiente. No Brasil, a fatia é de 47%.

Em nenhum dos países analisados a maioria da população considera que o uso de robôs e computadores no mercado de trabalho vai gerar novos empregos e melhorar os salários.

A OCDE (Organização para o Desenvolvimento Econômico e Social) estima que 14% dos empregos em economias avançadas poderiam estar suscetíveis à automação, e outros 32% poderiam substancialmente ser mudados, afetando as vidas de milhões de trabalhadores.

A Coreia do Sul é um dos países com maior nível de automação, com 600 robôs industriais instalados para cada dez mil trabalhadores em unidades fabris. No Japão, a proporção cai para 300, e nos EUA, para quase 200.

● Sistema que utiliza técnicas computadorizadas ou mecânicas para dinamizar e otimizar os processos produtivos dos mais diversos setores da economia



● Fórum internacional que promove políticas públicas entre os países mais ricos do planeta, aqueles que apresentam os mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), hoje, com 35 países membros

FOLHA Economia & Negócios

O Programa Folha Cidadania é o desafio social da Folha de Londrina no combate ao analfabetismo funcional